

IV Conferência Internacional para a Inclusão 2016

Livro de atas



INCLUDiT

Conferência Internacional
para a Inclusão

Livro de Atas da 4ª Conferência Internacional para a Inclusão - 2016

Ficha técnica

Título

Livro de atas da IV Conferência Internacional para a Inclusão 2016

Organizadores

Carla Sofia Freire

Catarina Mangas

Célia Sousa

Edição

Instituto Politécnico de Leiria – IPLeia

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – ESECS

Centro de Investigação em Inclusão e Acessibilidade em Ação - iACT

Local

Leiria

Data de publicação

Junho, 2017

Projeto gráfico

Carlos Silva

ISBN

978-989-8797-14-8

Incubadora de Inclusão: A percepção dos docentes sobre práticas inclusivas da escola e seu enquadramento legal

Antónia Barreto (NIDE, ESECS, Instituto Politécnico de Leiria)

Filipe Santos (NIDE, ESECS, Instituto Politécnico de Leiria)

Célia Sousa (IACT, Escola ESECS, Instituto Politécnico de Leiria)

Guilherme Ferreira (Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça)

Luís Filipe Rodrigues (Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça)

Margarida Catarino (Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça)

Susana Reis (NIDE, ESECS, Instituto Politécnico de Leiria)

Luis Vicente (CRID, ESECS, Instituto Politécnico de Leiria)

Resumo:

De forma a conhecer a opinião e conhecimento dos docentes sobre as práticas inclusivas da sua escola, sobre o seu trabalho e a sua relação com os alunos com Necessidades Educativas Especiais, aplicámos um inquérito aos docentes de agrupamentos de escolas, tanto públicas como privadas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) dos concelhos de Leiria, Alcobaça e Porto de Mós, tendo obtido 422 respostas. Os resultados dos inquéritos evidenciam uma atitude favorável à inclusão por parte dos docentes, mas um desconhecimento das práticas inclusivas realizadas na escola onde trabalham, o que nos permite colocar a hipótese das escolas não trabalharem de forma holística, ficando as boas práticas num círculo restrito de intervenientes. Os dados também sugerem que a legislação enquadradora não é objeto de um conhecimento aprofundado por parte dos docentes.

Palavras-chave: Inclusão, Escola Inclusiva, Necessidades Educativas Especiais

Abstract:

In order to know the opinion and knowledge of the teachers about the inclusive practices of their school, its work and their relation with the students with Special Educational Needs, we applied a survey to public and private school teachers and Social Welfare Organizations of the municipalities of Leiria, Alcobaça and Porto de Mós, obtaining 422 responses. The results of the surveys show a favourable attitude towards inclusion by teachers but an ignorance concerning the inclusive practices carried out in the school where they work; this allows us to hypothesise that schools aren't working in a holistic way, being the best practices in a restricted circle of actors. The data also suggest that there isn't an in-depth knowledge of the framing legislation.

Keywords: Inclusion, Inclusive School, Special Education Needs

Introdução

A Inclusão é um direito e um dever de cidadania. No sistema educativo a legislação tem evoluído, acompanhando o aprofundamento do conceito. Para este efeito, o Decreto-Lei 3/2008 visa "*a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações*

INCLUIÇÃO IV

significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social" (DL 3/2008). A aplicação do DL 3/2008 nas escolas tem sido um processo em construção, dependendo de múltiplos fatores, como as expectativas das famílias, gestão das escolas, formação específica dos docentes, etc.

Este artigo apresenta um estudo feito em 2015 pela parceria entre Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça (CEERIA) e a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria, onde se procurava conhecer a perceção dos docentes sobre as práticas inclusivas feitas pelas suas escolas e o seu grau de conhecimento acerca do respetivo enquadramento legal. Este estudo surge no seguimento do projeto, "A Incubadora de Inclusão", iniciado há 3 anos entre o CEERIA e a ESECS, e que visa conhecer a cultura de inclusão da região. Em anos anteriores analisaram-se Planos Educativos Individuais (Barreto *et al.*, 2015a), práticas de inclusão a nível das famílias (Barreto *et al.*, 2015b) e a opinião de encarregados de educação sobre as práticas de inclusão nas escolas (Barreto *et al.*, 2015c).

Metodologia

Este estudo decorreu entre abril e junho de 2015 e privilegiou-se uma metodologia de carácter quantitativo, através de inquérito por questionário online. O inquérito estava dividido em 3 partes: uma primeira, a responder por todos os professores e educadores de infância, uma segunda a responder apenas por professores e educadores com crianças com NEE e uma terceira, a responder apenas por educadores de infância (creche e pré-escolar) com crianças com NEE. Obteve-se um total de 422 respostas válidas, das quais 286 de professores e educadores com crianças com NEE e 61 de educadores de infância (creche e pré-escolar) com crianças com NEE. Os resultados obtidos foram tratados pelas técnicas da estatística descritiva. Responderam a este questionário professores e educadores de vários Agrupamentos de Escolas (AE Benedita, AE Caranguejeira, AE Carreira, AE Cister, AE Colmeias, AE Correia Mateus, AE Maceira, AE Marrazes, AE Porto de Mós, AE São Martinho do Porto), da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, do Externato Cooperativo da Benedita e algumas IPSS.

Resultados e discussão

Como ilustra a Figura 1, o questionário foi respondido por 422 docentes e educadores, maioritariamente do sexo feminino (364 respostas - 86,3%). A maioria tinha, enquanto habilitação académica mais elevada, a licenciatura (65,6%), embora também fosse significativo o número de mestres (13,4%) e pós-graduados (8,6%). Apenas 6,5% da amostra disse ter formação especializada na área das NEE.

P1: Sexo		
Masculino	58	13,7%
Feminino	364	86,3%
Total	422	100,0%

P2: Grau académico		
Bacharelato	25	6,0%
Licenc.	274	65,6%
Form. Espec.	27	6,5%
Pós-Grad.	36	8,6%
Mestrado	56	13,4%
Doutoramento	0	0,0%
Total	418	100,0%

Figura 13: Caracterização da amostra de acordo com o sexo e o grau académico.

As 3 partes do questionário foram tratadas em separado. Enquanto análise estatística, privilegiou-se a seguinte técnica: para todas as perguntas de resposta fechada criou-se a respetiva tabela de frequência com o n.º de respostas “concordo”, “discordo” e “não sei”. De seguida, ordenaram-se as perguntas de forma a conhecer aquelas onde existia maior grau de concordância, maior grau de discordância e maior grau de ignorância (“não sei”). Procurava-se, com esta técnica, conhecer e refletir apenas sobre as dimensões que geravam maior concordância, discordância ou ignorância (ex: respostas dadas por mais de 75% dos inquiridos). Os resultados, apresentados a seguir, são feitos para as 3 partes do questionário.

Primeira parte: respostas dadas por todos os docentes e educadores

De um modo geral, verificou-se que os professores e educadores são a favor da inclusão na escola e consideram que procuram favorecer a inclusão nas suas aulas. Contudo, ainda foi elevado o n.º de professores

INCLUIÇÃO IV

que disse considerar que a presença de crianças com NEE tem um impacto no ritmo de aprendizagem dos outros alunos (64%) e que as crianças com NEE devem desenvolver as aprendizagens em unidades especializadas com profissionais (74%). Entre as perguntas às quais os professores mais manifestaram ignorância (resposta: "não sei") encontram-se aquelas respeitadas às práticas inclusivas da sua escola enquanto instituição: entre 20%-30% dos professores e educadores não se consideram informados sobre os recursos da escola (materiais e humanos). Por exemplo, 30% dos professores e educadores disseram não saber se os assistentes operacionais da sua instituição estão preparados/formados para interagir com crianças com NEE.

Segunda parte: respostas dadas por professores e educadores com crianças com NEE

286 dos 422 professores e educadores que responderam a este questionário disseram trabalhar com crianças com NEE (68% da amostra). A segunda parte do questionário procurou conhecer a sua opinião sobre a legislação enquadradora e o quanto essa legislação estava a ser aplicada na sua instituição. Verificou-se que, na generalidade, os professores e educadores concordam com as medidas educativas do Decreto-Lei e como estão a ser aplicadas nas suas escolas: Em termos de avaliação da sua instituição, as respostas de maior consenso relacionavam-se com as adequações ao processo de avaliação feitas pela instituição (78% concorda), o Apoio pedagógico personalizado (71%) e as adequações curriculares individuais (69%). As dimensões onde os professores revelam maior desconhecimento são as das Tecnologias de Apoio na sua instituição (37%) e as adequações ao processo de matrícula (30%). Em termos da legislação enquadradora, a dimensão onde parece existir maior desconhecimento é a das potencialidades do Plano Individual de Transição (PIT): cerca de 33% dos respondentes revela não saber se o PIT (DL 3/2008, Art. 14) é uma medida útil para promover o futuro pós-escolar das crianças/jovens com Currículo Específico Individual.

Terceira parte: respostas dadas por educadores com crianças com NEE

61 dos 422 respondentes disseram ser educadores de turmas onde existem crianças com NEE. As respostas revelaram que, na generalidade, os educadores consideram ter um conhecimento da legislação enquadradora. Contudo, existem algumas dimensões onde estes revelam desconhecimento: quase metade dos educadores diz não saber se a legislação atual prevê uma boa transição de uma criança com Plano Individual de Intervenção Precoce (PIIP) para um Plano Educativo Individual, na sua entrada para o 1º ciclo. (48%) e se os

INCLUDiT IV

critérios de elegibilidade definidos pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce para apoio das crianças pelas equipas são adequados (43%).

Conclusão

Este estudo parece revelar que os professores têm uma atitude favorável à inclusão, procurando promovê-la nas suas práticas. Ainda assim, algumas respostas sugerem que esta atitude ainda pode ser melhorada, sobretudo pelo elevado número de respostas dos professores que disse considerar que a presença de crianças com NEE tem um impacto no ritmo de aprendizagem dos outros alunos (64%) e que as crianças com NEE devem desenvolver as aprendizagens em unidades especializadas com profissionais (74%). Os professores e educadores que trabalham com crianças com NEE parecem conhecer a legislação enquadradora. Contudo, professores e educadores parecem revelar ainda algum desconhecimento sobre as práticas, recursos, atores e processos da sua própria instituição nesta área. Estes dados levantam a questão de se as escolas estão a trabalhar o tema da inclusão de uma forma holística, procurando envolver e informar todos os seus agentes da sua estratégia institucional.

Referências bibliográficas

- Barreto, A., Santos, F., Ferreira, G., Rodrigues, L., Vicente, S., Santos, M. (2015a). Incubadora de inclusão: funcionalidade e medidas educativas no concelho de Alcobaça. In C. S. Freire, C. Mangas, C. Sousa (Orgs.), Livro de Atas da III Conferência Internacional para a Inclusão – INCLUDiT (pp. 145-160). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/1640>
- Barreto, A., Sousa, C., Santos, F., Ferreira, G., Rodrigues, L., Catarino, M., Reis, S. (2015b). Incubadora de inclusão: inclusão de crianças com deficiências na escola - perceções dos encarregados de educação. In C. S. Freire, C. Mangas, C. Sousa (Orgs.), Livro de Atas da III Conferência Internacional para a Inclusão – INCLUDiT (pp. 183-190). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/1639>
- Barreto, A., Sousa, C., Santos, F., Ferreira, G., Rodrigues, L., Catarino, M. (2015c). Incubadora de Inclusão: a importância da inclusão familiar, escolar e social no desenvolvimento da criança. In C. S. Freire, C. Mangas, C. Sousa (Orgs.), Livro de Atas da III Conferência Internacional para a Inclusão – INCLUDiT (pp. 221-233). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/1638>
- Decreto Lei no 3/2008 de 7 de Janeiro do Ministério da Educação. Diário da República: I série, No 4 (2008). Acedido a 3 jan. 2017. Disponível em http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl_3_2008.htm.